

# **A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL AFRO-BRASILEIRA: RECURSO PEDAGÓGICO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA EM SÃO FRANCISCO DO CONDE<sup>1</sup>**

**Tatiane Santos da Cruz<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

Este artigo apresenta o resultado de um projeto de intervenção realizada na Escola Municipal Frei Eliseu Eismann, na cidade de São Francisco do Conde-BA, no 5º ano das series iniciais. O trabalho tem como objetivo mostrar a educação patrimonial como instrumento para prática de ensino e aprendizagem de estudantes, no Componente de História do Brasil; contribuir no processo de descolonização do currículo escolar e; ajudar a implementar a Lei 10.639/93 na Unidade Escolar. A Metodologia usada foi levantamento bibliográfico e Aula Passeio, em que a turma foi levada aos principais patrimônios históricos do município. Assim, foi possível confirmar a eficácia da Educação Patrimonial como ferramenta educacional.

**Palavras-chaves:** Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. História do Brasil (Ensino Fundamental). História - Estudo e ensino - Brasil. Patrimônio cultural - Brasil.

## **ABSTRACT**

Abstract: This article presents the result of an intervention project carried out at the Municipal School Frei Eliseu Eismann, in the City of São Francisco do Conde-BA, in the 5th year of the Initials series. The work aims to show heritage education as an instrument for teaching and learning students, in the Brazilian History Component; contribute to the decolonization process of the school curriculum and; help implement Law 10.639 / 93 in the School Unit. The methodology used was a bibliographic survey and Aula Passeio, in which the group was taken to the main historical heritage of the municipality. Thus, it was possible to confirm the effectiveness of Heritage Education as an educational tool.

**Keywords:** Brazil. [Law no. 10,639, 9<sup>th</sup> January 9, 2003]. Cultural heritage - Brazil. History of Brazil (Elementary School). History - Study and teaching - Brazil.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Bruno Amaral Andrade.

<sup>2</sup> Bacharela em Turismo pela Fundação Visconde de Cairu. Licencianda em Pedagogia pela Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Malês).

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como proposta, analisar os impactos pedagógicos trazido pela intervenção, baseada na educação patrimonial, enquanto mecanismo para prática de ensino e aprendizagem, com estudantes do 5º ano das serie iniciais da Escola Frei Eliseu Eismann, no município de São Francisco do Conde.

A busca de instituir novas formas de ensino, junto à escola através da educação patrimonial, possibilitou aos educandos uma vivência extra classe em diferentes lugares da cidade, tudo isto, de modo dinâmico, lúdico e prazeroso.

A pesquisa realizada justifica-se pela importância em propor novas reflexões acerca do ensino-aprendizagem de história nos anos iniciais. E a educação patrimonial atua como esta estratégia pedagógica alternativa, uma vez, que está vale de novos formatos metodológicos.

Assim de maneira criativa e dinâmica, com o objetivo de envolver os alunos numa ação educacional, foi realizada uma aula de campo, a alguns patrimônios históricos e culturais da cidade. A atividade foi realizada em 01 dia, com duração de 4 horas, quando os alunos tiveram a oportunidade em reconhecer seu patrimônio.

Essa Pesquisa Ação, foi fundamental para elaboração de uma proposta de descolonização dos currículos escolares, nesta rede de ensino municipal, o que atendera também a implementação da Lei 10.639/03, por produzir uma educação anti-racista, rompendo com epistemologia de um currículo eurocêntrico; potencializando as pluralidades culturais, ao adotar como elementos pedagógicos a história e cultura local. Além de fortalecer as identidades e memórias culturais no ambiente de transformação que é o espaço escolar.

## **2 POTENCIAL PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

A educação patrimonial, enquanto um instrumento de alfabetizador cultural, contribuindo para uma leitura do mundo por meio do universo sociocultural e da trajetória histórica- temporal. Assim o ensino e aprendizagem no Brasilvem tomando novos rumos, o processo de escolarização não tem se limitando apenas as salas de aula, outros espaços também estão servindo de lugares formativos na criação de novos saberes, a exemplo posso citar museus, sítios históricos, espaços culturais dentre outros. O processo de ensinar e aprender vêm sendo repensado, outros caminhos são criados, a fim de motivar os discentes na difícil tarefa de educar. Ensinar, assim como aprender não pode ser visto como algo

mecânico, o profissional de educação deve estar repensando suas práticas metodológica diante de mais essa tarefa.

Para que haja ensino e conseqüentemente aprendizagem, o conteúdo deve ser trabalhando a partir da realidade de vivenciada pelo indivíduo na sua localidade. O autor Libâneo (1994, p.90), enfatiza que “a relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende.” O processo de ensino deve ser algo prazeroso e identificado com quem aprende. Indo mais além Freire afirma que:

[...] É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. (Freire, 1996, p. 12).

O professor deve assumir o papel de um sujeito transformador no processo de ensinar e aprender do educando, para isso, os currículos escolares são feitos a partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, mais muitas das vezes não atendem a realidade estudantil. A fim de organizar as experiências educacionais proposta pela sociedade atual, esse currículo deve ser interdisciplinar, e contextualizado, tendo como foco as experiências de vida de cada indivíduo. A escola não pode seguir atuando como mantenedora de relações de poder, reproduzindo desigualdades sociais em uma sociedade plural.

Novos métodos de ensino vêm ganhando espaço na educação, no intuito de atender à sociedade contemporânea. Neste pleito a educação patrimonial ganha notoriedade, por se apresentar como um novo modelo de ensino e aprendizagem, possibilitando aos educandos vivências extraclases, ampliando assim a ideia de espaços pedagógicos para além das escolas.

Para tratarmos da educação patrimonial, se faz necessário traçarmos um preâmbulo em torno do processo histórico de São Francisco do Conde e suas relevâncias. Com tudo, é importante destacar que o município guarda importantes patrimônios que contam a história política, econômica e social do país, a qual posso citar o Engenho Real do Sergipe do Conde. Construído entre os séculos XVI e XVII, por Mende de Sá, 3º Governador Geral do Brasil. Como descreve o autor Schwartz (2005, p.90), que “[...] em princípios do século XIX, a vila de São Francisco, compreendia cinco paróquias, com oitenta engenhos [...]”. Dessa forma constata-se, que São Francisco do Conde reuni um importante conjunto de patrimônio histórico, que remota a histórica de formação do município, da Bahia e do Brasil.

A vila de São Francisco como assim era chamada na época, também foi palco de vários movimentos de emancipação política do Brasil, tais como: Revolução dos Alfaiates (1798); Sabinada (1837) e Independência da Bahia (1823). Confirmando uma grande quantidade de recursos para auxiliar o ensino de História do Brasil.

Ainda assim, pesquisa realizada em 2013 pela equipe da Secretária de Turismo de São Francisco do Conde – SETUR, apontou que o desconhecimento da população em relação a alguns patrimônios da cidade chega há mais ou menos 90%. E que mais da metade da população, aproximadamente 62%, não conhecem bem a história da cidade e nem tampouco tem o hábito de visitar os patrimônios históricos e culturais do município (SETUR, 2013).

Nesse sentido, a educação patrimonial tem a função de atuar como importante instrumento no processo de descolonização dos saberes, por propor a emancipação do indivíduo, frente a um modelo de educação eurocêntrica, na medida em possibilita o fortalecimento da sua cultura e da sua história. Assim, torna-se indispensável conhecer e analisar algumas nuances que circundam a educação patrimonial, enquanto instrumento de ensino.

A educação patrimonial é uma proposta pedagógica que promove novas reflexões acerca do ensino-aprendizagem, contrapondo os antigos formatos no processo de escolarização, em que os discentes conheciam uma história que não os representavam. A atividade se comporta de maneira interdisciplinar em que envolve a história, sociologia, pedagogia e artes dentre outros caminhos de conhecimento e pesquisa. Segundo Horta (1999), o conceito de educação patrimonial é:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (Horta et al, 1999, p. 6).

Assim, em consonância com a autora, a educação patrimonial revela um importante mecanismo pedagógico, por promover o patrimônio enquanto recurso educacional no processo de ensino, levando a comunidade a desenvolver a consciência, para a importância das heranças culturais das gerações anteriores. Além de potencializar transformações no currículo escolar, por apresentar outros conhecimentos e práticas pedagógicas fortalecendo e

ressignificando as memórias coletivas, conseqüentemente a memória afro-brasileira. A educação patrimonial promove o reconhecimento da histórico dos excluído e subalternizados.

O sistema de educação apropria-se da cultura como princípio direcionador para a educação do Brasil. Horta, Grunberg e Monteiro (1999), acreditam que a educação patrimonial tem um cunho de “alfabetizador Cultural”. Segundo estudiosos da área, a expressão educação patrimonial, teve sua primeira aparição no Brasil nos anos de 1983, em um seminário realizado na Cidade do Rio de Janeiro, o intuito era apresentar mecanismos pedagógicos para serem inseridas nas escolas.

O autor Paulo Freire enfatiza que o principal objetivo da educação é potencializar o caráter libertador. É necessário ressaltar que a Educação Patrimonial, tem relação com os princípios do pensador Paulo Freire, quando se baseia numa educação dialógica e libertadora.

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens, relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue. (FREIRE, 2006, p. 45).

A perspectiva de Paulo Freire na área da educação aponta a cultura como um elemento central, uma vez que valoriza a experiência social, os saberes, dos educandos. Freire (2016), acreditava que essa temática é primordial em qualquer situação pedagógica, quando afirma que o indivíduo através da vivência, da experiência, da diversidade cultural, ele passa a se sentir parte do todo, despertando nele uma consciência e uma responsabilidade social.

Diante desse contexto, a educação patrimonial, respeita as visões de mundo, a cultura, a história de vida, de cada local. Concordando com essa análise, a Escola Municipal Frei Eliseu Eismann, de São Francisco do Conde, encarou o desafio de mobilizar parte dos seus alunos para participarem de uma intervenção pedagógica associada a educação patrimonial.

No intuito de mudar esse cenário no que concerne a desconhecimento da história de São Francisco do Conde, os estudantes tiveram a oportunidade, a partir dessa atividade realizar que foi a visita em *in loco*, esses discentes foram levados a conhecer ou reconhecer uma parte de sua história, identidade cultural e patrimônio. A partir dessa vivência promovida, posso dizer que a maior motivação para a promoção desta intervenção, foi de contribuir com a formação de sujeitos críticos diante da historiografia a eles apresentadas.

Antes de adentrar nas vivências possibilitada pela educação patrimonial, se faz necessário tratar de alguns conceitos que fundamentaram a atividade educacional promovida. Partindo da premissa de que na atualidade, os debates acerca do patrimônio cultural vêm

ganhando popularidade, levando a efeito por diversos pensadores, tais como Murta e Albano (2002) e Barreto (2003), dentre outros, este é um tema relevante. É importante destacar, que o patrimônio cultural, quando promovido pela educação patrimonial na escola, o educando tem sua identidade alto afirmada pela instituição de ensino.

A Constituição Federal de 1988, ao tratar do Patrimônio Cultural estabelece no artigo 216, que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

O processo de socialização desses bens no ensino básico, dialogar intimamente com educação patrimonial, que se configura como objeto de estudo desta pesquisa que levou a esse artigo. Por ser um instrumento importante na construção da cidadania, em concordância com as práticas pedagógicas do Ensino de História e de outras áreas da Humanidade, nas quais os discentes terão a oportunidade de aprimorar seus aprendizados e conhecimentos de modo ativo a partir desses lugares de memória.

É importante enfatizar que a memória está relacionada com o comportamento narrativo, e que está por sua vez, é mediado pela linguagem falada ou escrita produzida pela sociedade. Estas memórias são carregadas por grupos vivos estando em permanente evolução, impactadas pelas lembranças e esquecimentos. A memória, contudo, apresenta vários desdobramentos para o campo da história. De acordo com Barros (2011. p.330):

Onde existe o humano, pode-se dizer que a memória estabelece-se, gerando os seus lugares. Desde as células familiares, que organizam sua memória através de recursos os mais diversos como as genealogias e os álbuns de fotografias, até as grandes Nações que erguem museus e arquivos para dar visibilidade à sua própria identidade, a Memória apresenta definitivamente muitos “lugares”.

A memória constitui um importantíssimo fator de identificação humana, por cristalizar o passado histórico. Para tanto, existem lugares de memória que são motivados pelas lembranças pessoais ou coletivas, em suma, a memória é um fenômeno construído, que grava, exclui e relembra acontecimentos, dessa forma os lugares de memória servem de suporte para

as memórias sociais e para que estudiosos tenham dimensão dos diferentes discursos acerca do passado.

A partir da utilização dessas memórias suscitadas como fonte de pesquisa por parte da história oral, a qual são fontes narrativas se pode constatar as relevantes contribuições históricas, culturais e religiosas deixadas pelos africanos que aqui chegaram na condição de escravizados, e que em meio às mazelas vividas, puderam atuar de maneira significativa na formação da história do Brasil. É necessário ressaltar que essas contribuições, nem sempre eram evidenciadas pelo sistema de ensino, o qual correspondia a uma hegemonia eurocêntrica excludente e dominante, que negava a história do negro africano, em concordância com Domingues (2003, p. 32), acreditamos que:

um país multirracial e poli étnico não pode aceitar que se escreva apenas a história dos vencedores, ou seja, dos considerados brancos. Embora negada, a história do negro não é irrelevante. Pelo contrário, é tão importante quanto a de qualquer outro segmento da população. Uma história plural pressupõe o registro da diferença, o acolhimento da diversidade e o reconhecimento do “outro”.

Dessa forma, torna-se necessário à inclusão dos temas relacionados à cultura e história afro-brasileira e africana no ensino de história, pois tal feito pode potencializar a manutenção ou mudanças no sistema de ensino conectadas com, de políticas afirmativas voltadas para o combate do racismo. Medidas tais como a lei 10.639/03, associada a um esforço maior de descolonização do currículo, que vem atuando na intenção de contribuir para um novo olhar sobre a história do negro no Brasil e a formação da sua identidade, respeitando as particularidades históricas de cada grupo social.

### **3 DECOLONIALIDADE DOS SABERES APARTIR DO ENSINO DE HISTÓRIA**

Vivemos em uma sociedade em que o patrimônio está referenciado por uma hegemonia branca, que não representa o afrodescendente, marcando uma desigualdade histórica percebida a partir do racismo estrutural, que caracteriza a sociedade brasileira. Os conhecimentos adotados pelas instituições educacionais, são em sua maioria baseados na perspectiva eurocêntrica, o que causa estranhamento ao indivíduo com uma percepção de mundo mais aguçada. Isso conduz ao entendimento acerca da necessidade de uma descolonização dos saberes.

A autora Nilma Lino Gomes, traz para o seio das discussões a “exigência no processo de descolonização dos currículos” (GOMES, 2012). Tais mudanças voltadas para o reconhecimento de outros conhecimentos associados a outras memórias, de certo atuarão positivamente, favorecendo a construção de novas perspectivas a partir de um olhar descolonizado.

[...] olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo, as quais são necessárias para olhar com empenho os moldes dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais (GOMES, 2012, p.107).

Em fase disso alguns autores, a exemplo Walter Mignolo (2003) entendem que o fim do processo de colonização não significa o fim da colonialidade, que se apresenta na divisão de classes associada a uma classificação social racial da população, se desdobrando em relações econômicas, políticas e sociais. Já Anibal Quijano (2005), desenvolve os conceitos de colonialidade de saber e do poder, apontando a importância de compreender a centralidade da ideia de raça na dominação hegemônica europeia, que se reflete no eurocentrismo estrutural hegemônico.

No Brasil, por sua vez, tais fatos podem ser percebidos quando se analisa o processo de colonização instaurado no país qual se baseia na desigualdade, exclusão, racismo sofridos pela população não branca, com consequências determinantes no acesso às oportunidades de inserção social cidadã.

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, 2005, p. 46)

O racismo brasileiro se manifesta a partir de uma sociedade discriminatória, perversa e excludente, deixando claro que quem se aproxima aos padrões europeus tendem a ser menos rejeitado. Tais fatos refletem no modo em que contamos ou que aceitamos a forma em que a história é apresentada. Pereira (2007), afirma que “no que tange às culturas afrodescendentes, é importante aprendê-las dentro do princípio da diversidade, já que, em função dos diferentes

grupos culturais africanos que aportaram no território brasileiro [...]”, (PEREIRA, 2007; p. 59). Este fato confirma a importância em estudar essas temáticas, uma vez que essa diversidade foi responsável pela formação da cultura brasileira.

Pensando no período de colonização do país é notório que os 500 anos de história foram contados segundo os moldes que atendiam à dominação européia. Isto influenciou diretamente na proposta curricular, assim como, no processo de ensino da nossa historiografia, incidindo muitas vezes na negação da nossa identidade, ancestralidade, memória e na cultura do povo brasileiro. Tais efeitos nocivos estão imbricados no processo de ensino e aprendizagem da história ao longo de décadas. Para atenuar esses danos, a educação desde o ano de 2003, conta com a Lei 10.639/03, que representa uma tentativa de modificar essa realidade.

As propostas curriculares passaram a ser influenciadas pelo debate entre as diversas tendências historiográficas. Os historiadores voltaram-se para a abordagem de novas problemáticas e temáticas de estudo, sensibilizados por questões ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever no ensino fundamental o formalismo da abordagem histórica tradicional (BRASIL, 1997, p. 25).

Para tanto estamos vivendo um momento de real esforço, no processo de trazer para o debate à história do povo ameríndio, africano e afro-brasileiro, afim de desmistificar uma história cruel que não representa o povo negro brasileiro. É relevante destacar o importante papel desenvolvido pelo Movimento Negro, nas conquistas alcançadas pelos afrodescendentes, ao lutarem contra o racismo e as discriminações sociais.

Nos últimos anos os debates em torno dos assuntos que abordam a igualdade racial e a interculturalidade ganharam folego, se tornando objeto de estudo e de reflexão para alguns autores. Ao Brasil fica a incumbência, de intensificar as políticas públicas voltadas para o combate à discriminação racial, também no cenário da educação. Com esse propósito são repensadas algumas metodologias acerca do ensino de História do Brasil, tendo com ponto de partida o legado deixado pelos africanos na formação do país.

Partindo desse pressuposto a Lei 10.639 criada em 09 de janeiro de 2003, no Artigo 26º, parágrafo 1º, torna obrigatório os estudos de “História da África e dos Africanos. Ao fazê-lo, a lei promove um enfrentamento do racismo e da discriminação. É a educação patrimonial, se apresenta como peça chave para essa conquista, por propor um exercício de ressignificação cultural, a partir de um novo olhar sobre a história e o patrimônio der uma dada comunidade. De acordo com Fonseca (2009, p.17):

Durante o século XIX e início do século XX, privilegia-se o ensino da História Universal. O ensino de História do Brasil era visto em conjunto com a História Universal numa posição secundária. Essa concepção curricular ficou conhecida, entre nós, como ‘europocêntrica’ ou ‘europocentrismo’. Ou seja, a história ensinada a partir de um centro – a história da Europa.

Desse modo, a lei 10.639/03 assim como a lei 11.645/08 que propõem a parti da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) se apresenta como parte de um conjunto de ações afirmativas com a finalidade de promover igualdade racial, garantido direitos aos povos marginalizados, estigmatizados durante séculos.

Assim, não só o docente de história como de outros componentes, são conclamados a repensar suas práticas pedagógicas, a fim de que se tenha uma preocupação com as relações étnico-raciais. Isto com a intenção de que haja justiça no que concerne a uma temática antes desprestigiada, mais que hoje se impõem frente a uma sociedade que se sustenta na desigualdade.

Sabe-se que a questão das desigualdades econômica-racial, de gênero se apresenta como gerador de violência não é algo encontrado apenas na sociedade brasileira, porém se faz necessário uma maior atenção as perspectivas adotadas pela a historiografia, que sempre se apresentou de maneira desumana a população afro brasileira e indígena. A história do Brasil, assim como a cultura afro-brasileira e africana sempre foram lembradas em relação com o partir do processo de escravização do negro africano trazido do Atlântico, que aqui chegou para servir de mão de obras escrava.

Muitas foram as contribuições deixadas pelo povo africano ao longo deste processo de exploração da sua mão-de-obra no Brasil, estes benefícios são refletidos na nossa cultura, conhecimentos, pedagogias, história, costumes, crenças, hábitos, dentre outros elementos transversais que compõem o universo cognitivo afro-brasileiro. Saliento a necessidade de conhecermos uma história que representa a população afro-brasileira e a lei 10.639/03 propõe essa mudança. Aguessy (1977), destaca que: “a inserção de temas referentes às culturas africanas e afro-brasileiras em nossos currículos permitirá maior compreensão de seus modos de funcionamento, bem como as influências que exerceram e continuam a exercer sobre a nossa sociedade”. (AGUESSY,1977, p. 126).

Com a publicação desta lei em março de 2003, e no ano seguinte a regulamentação e implantação da lei através do Parecer 003/004, intensificou-se os debates sobre relações raciais no Brasil. Assim, pensadores críticos identificam a necessidade de reorganizar os parâmetros curriculares, afim de atender às novas mudanças apoiadas em política afirmativas,

promovendo o ensino da cultura africana e afro-brasileira como elemento fundante da nossa cultura.

A lei 10.639/03, está imbuída em dar uma resposta na área de educação, para a população afrodescendente, a qual sofreu um apagamento histórico ao longo de séculos. Por isso, a Lei deve ser vista como uma política de reconhecimento, de reparação e acima de tudo de valorização da história, cultura e identidade do povo negro, em suma uma pedagogia de combate ao racismo.

Em concordância com a relatora das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, é possível dizer que:

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação étnico-raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras. (Parecer CNE/CP 3/2004 ;16).

Os grupos não brancos sempre foram estereotipados, desvalorizados a desigualdade é notória, esse fato pode ser visto na ausência de oportunidades nos mais variados aspectos, esses dados podem ser comprovados por meio de pesquisas desenvolvidas pelo censo 2017, no que tange a desemprego demonstra 14,4% entre negros; 14,1% entre pardos; 9,5% entre brancos, essa estatística enfatiza que os brancos sempre tiveram melhores condições nessa relação de poder (IBGE, 2017).

O psiquiatra e filósofo negro, Frantz Fanon, investigando os danos psicológicos no processo de dominação de parte da África pela Europa, refletido nos dias atuais no Brasil, concluiu que “O negro nunca foi tão negro quando a partir do momento em que foi dominado pelos brancos” (FANON, 1983: p.212). Com isso, o pensador enfatiza o processo de dominação e poder de um grupo em detrimento de outro.

Diante de tantas evidências que demonstram o menosprezo a população negra e sua cultura assistiram espaços que privilegiam uma cultura dominante, a partir da valorização da história, das memórias e de uma identidade que não reconhecem esses povos, como era o caso de alguns Museus.

Nos dias atuais vem sendo crescente a aparição de novos museus que tematizam a história e a memória do afrodescendente, esse fato foi marcado pela criação do Museu Afro-

Brasil, criado em 2004. Tais acontecimentos destacam e enaltecem a cultura africana, ameríndia, assim como a cultura afro-brasileira, representando as mais diferentes etnias.

Esses novos museus étnicos, surgem como resposta aos questionamentos em relação à forma na qual a maioria desses espaços abordavam as histórias de grupos subalternizados, daí a importância da descolonização, desses espaços de referência para memórias sociais, lugares de memórias estes que começam a se apropriar da necessidade de estudar os negros e o racismo no Brasil, concebendo as desigualdades sociais que condicionam a cidadania do homem e da mulher na sociedade brasileira.

Dessa forma surge um questionamento, o que de fato esses espaços educativos ensinam no que dizer respeito a história, seja ela indígena, africanas e afro-brasileira. Na tentativa de atenuar tais problemas e entendendo que a base da transformação está na educação, propus uma intervenção pautada na educação patrimonial.

O fazer museológico atrelado à preservação do patrimônio em que se reproduz um sistema de dominação de determinado seguimento da sociedade e a museologia cujas práticas e técnicas não se atinham aos problemas sociais foram amplamente questionados e colocados em xeque. Uma nova postura do fazer museológico, influenciada pelas lutas e movimentos sociais, surgia e se apresentava como um novo pensamento no campo da museologia. Defendia-se uma prática museológica cuja principal preocupação são os sujeitos e os problemas sociais por que passam as comunidades a que o museu atende, com vistas à busca de seu desenvolvimento sociocultural. (TOLEDO, 2018, p. 54)

Para que possamos perceber os caminhos que novas práticas metodológicas pode percorrer nos mais variados espaços educativos, traçando diretrizes que despertem nos educandos o desejo em conhecer sua própria história, e conseqüentemente preservá-la, faço aqui um convite a apreciarmos os resultados da atividade exitosa, desenvolvida na Escola Frei Eliseu Eismann, município de São Francisco do Conde, apoiada nos pilares da educação patrimonial.

#### **4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA FREI ELISEU EISMANN**

Situada na Rua Frei Miguel s/n, Bairro Centro, em São Francisco do Conde, a Escola Frei Eliseu Eismann, atende a modalidade dos anos iniciais do 1º ao 5º ano (diurno) e EJA (noturno)– Educação de Jovens e Adultos. A instituição funciona em um prédio de pavimento coberto por telhado, erguidas sobre alvenaria, possui pátio que pode ser utilizado para

atividades recreativas, 7 salas de aula, biblioteca, sala de intervenção, sala de direção, sala de professores, secretaria escolar, cozinha e 5 banheiros, sendo um dos banheiros adaptados para alunos com necessidades especiais. A unidade passou por reformas estruturantes em 2014, no decorrer dos anos, recebeu apenas reparos na pintura. A unidade atende aos alunos do Bairro da Nova São Francisco e entrono.

A escola Frei Eliseu possui 384 alunos distribuídos nos três turnos manhã, tarde e noite, para dar suporte a este contingente a escola conta com 1 diretora, 3 vices – diretora, 12 professores, 1 professor de libras, 1 professor de educação infantil, 1 psicopedagoga, 2 coordenadoras, 10 colaboradores na secretaria, 02 na biblioteca, 06 agentes de Apoio, 06 colaboradores na sala de intervenção, 04 na cozinha, 04 porteiros, 7 colaboradores de limpeza.

A política de ensino desta instituição, segue o marco referencial de aprendizagem fornecido pela SEDUC, o qual norteia os conteúdos programáticos ao longo do ano. A escola atende aos modelos tradicionais de ensino, em que a maioria das aulas são ministradas dentro de sala.

A escola apresenta um maior contingente de população afrodescendente, em que sua grande maioria desconhece sua própria história. Em face disto. Aquino (1998, p. 12), afirma que “é fundamental portanto, que, tenhamos claro que, em sala de aula, o nosso ponto de partida é a informação, mas o ponto de chegada é o conhecimento”. Desse modo noto o quanto é necessário que o componente de história permeie a discussão acerca da história africana e afro-brasileira, a fim de que os estudantes pertencentes a esse grupo social possam se reconhecer.

Por levar em conta que os discentes de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia, fazem parte dessa estatística dos que não conhecem e/ou reconhecem boa parte da sua história, propus uma intervenção baseada nos parâmetros da educação patrimonial, nesta instituição de ensino. Entendendo que a educação patrimonial apresenta “[...] uma proposta metodológica para o desenvolvimento de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação de bens culturais” (HORTA, 1999). O principal intuito desta proposta é o fortalecimento da descolonização dos currículos e a valorização da memória e identidade cultural local.

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os

alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (BRASIL, 2007, p.29).

Assim, é importante salientar que a relevância para esta pesquisa é de um grande laboratório, que permitiu perceber que os educandos não conhecem sua própria história. Isto se deu, no ano de 2018, quando participei de um programa que atendia a rede de ensino municipal, quando onde atuei como monitora. Em meio as muitas conversas com a turma, percebi que a maioria não conhecia a história do seu município, assim como, não sabiam sobre a relevância do seu patrimônio cultural.

Isto produziu, o desejo de atender a essa necessidade, a partir de um projeto de intervenção que contemplasse a história, a cultura e as memórias do nosso município, a qual perpassa pelas história de formação da Bahia e do Brasil. Elaborei o projeto no final de 2018 e no primeiro semestre do corrente ano, tive uma conversa de maneira informal com a gestão, quando apresentei a atividade a ser desenvolvida na escola e percebi a receptividade da equipe em torno da proposta.

Por entender que tal atividade se configurou de modo relevante para trabalhar o conteúdo acerca da história do município de São Francisco do Conde, desconhecido por boa parte da sua população, enfatizei a importância de propor a atividades que possibilitassem a estes educandos, aulas passeio com a finalidade de estimular um aprendizado sobre o patrimônio histórico e cultural do seu município.

A proposta da intervenção, fruto de um desejo pessoal que me acompanha desde a Primeira Graduação em Turismo, a qual me possibilitou entender que a educação patrimonial se configura como uma importante ferramenta para as práticas pedagógicas. Uma vez que muitas propostas de ensino e aprendizagem destinadas ao discentes se mostram muitas das vezes enfadonha e desmotivante.

É importante ressaltar que mesmo com a presença de materiais de apoio e as diretrizes curriculares que orientam a sua prática pedagógica, ainda encontramos a atuação de professores de forma isolada, sem o comprometimento da escola como um todo. (AGUIAR, 2010, p.97).

Pensando nisso, a atividade constituiu-se de uma aula de campo, dividida em dois eixos: o primeiro trabalhei com assuntos sobre Brasil colônia/formação de São Francisco do Conde, Religião Católica e Independência da Bahia; para isso levei os estudantes a alguns patrimônios dos séculos XVII a XIX da cidade, a exemplo posso citar: A Igreja e Convento de Santo Antônio, Casa de Câmara e Cadeia, Escola Agrícola, dentre outros. A intenção do

segundo eixo seria trabalhar sobre a importância dos povos africanos para formação cultural da cidade, no qual levaria os discentes para conhecer a Associação Cultural Zé de Lelinha e o Terreiro Zaze Muvuluque de Unzambe, terreiro de candomblé mais antigo do município.

No dia 04 de julho do corrente ano apresentei a atividade à gestão e à coordenação pedagógica da escola. A partir disso, tive que dar novos encaminhamentos aos roteiros. Por orientação da diretora, foi solicitado que reduzisse, o que aconteceria em dois dias fosse reduzido para apenas um dia, além de orientar que também retirasse a visita ao terreiro por se tratar de um espaço de culto de matriz africana.

A religiosidade dos povos africanos assim como a ameríndia durante muito tempo sofreu sonegação, preconceito, opressão por parte do colonizador, influenciado por um olhar eurocêntrico, que deturpava as religiões de matrizes africanas, em detrimento da hegemonia católica e protestante imbricado na sociedade com soberania.

A opressão ocasionada pela intolerância religiosa é uma forma que surge por não aceitar a religião do outro, entendendo que a religião a qual professa, traduz uma verdade absoluta. É importante destacar que o racismo religioso sofrido pelas religiões afro-brasileiras foi criado, principalmente, por atrelar esses cultos africanos com a imagem do diabo, que remete ao demônio, espírito ou gênio do mal, expulso do céu, segundo a teologia cristã. Nesta doutrina “o demônio sempre cumpriu uma função social no decorrer da história, e que a Igreja sempre soube utilizar [...] em especial, nos momentos onde sua hegemonia é ameaçada” (CALEIRO; MOTA, 2006, p. 4).

Confesso que a posição da escola me causou surpresa, até porque a escola se apoia nos princípios de sermos um Estado laico, no qual a liberdade religiosa é uma garantia constitucional. Ainda assim, encontramos certas práticas que incitam a intolerância religiosa, a partir da negação das nossas raízes culturais, em pró de uma história que não representa a grande maioria da população. Um fenômeno que atinge hoje uma nova face, promovida por segmentos fundamentalista evangélicos, trata-se de satanização que “visa manter a ortodoxia de uma fé ameaçada por religiões rivais, especialmente afro-brasileiras [...], do fato dessas expressões religiosas também oferecerem experiência emocional e mágica” (ORO, 1997, p. 7).

Julgando relevante, realizar a intervenção mesmo com as restrições impostas, as solicitações da escola foram atendidas. Surgiram, no entanto, outras dificuldades enfrentadas até a execução do projeto. Inicialmente executaríamos essa proposta no dia 10/08/2019. A solicitação do transporte para a atividade foi realizada pela a escola, porém dias antes recebi a informação de que o pedido havia sido indeferido.

Resolvi ir pessoalmente à Secretaria de Educação – SEDUC, solicitar o veículo para o transporte na data programada, quando tivemos mais uma surpresa. Um dos responsáveis da Associação Zé de Lelinha não poderia estar presente, sendo ele uma das peças fundamentais para a visita. Isso me fez reagendar nossa atividade para a semana seguinte, dia 16 de outubro de 2019. Neste dia fomos à campo e executamos a intervenção, o que me trouxe múltiplas percepções e anseios em torno do trabalho proposto.

A atividade começou às 08:10 na própria unidade escolar, onde recepcionei os estudantes e fiz uma breve explanação sobre o roteiro, o que seria visitado e abordado. Questionei o que entendiam por patrimônio histórico e, dialogando com o que era exposto, socializei o que pretendia com a proposta. Em seguida apresentei algumas definições básicas acerca do que é patrimônio, os tipos e os órgãos responsáveis pela salvaguarda desses bens, o que foi bastante necessário para a compreensão da atividade.

Ainda na escola destaquei que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural –IPAC é o órgão responsável pela preservação dos bens tangíveis e intangíveis, além de fortalecer a identidade cultural da Bahia, vinculado Secretaria de Cultura do Estado (Secult), atuando nas esferas estaduais. Ressaltei também que o Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional – IPHAN, é responsável por preservar e divulgar o patrimônio material e imaterial do país. em seguida pegamos o ônibus e fomos visitar os patrimônios. A turma era formada por 25 estudantes com média de idade de 11 anos. Às 08:30 saímos em direção ao destino, onde iniciamos a nossa aula.

O primeiro lugar visitado foi a Igreja e Convento de Santo Antônio datada do século XVII, que fica localizado na Praça Arthur de Salles. Onde abordei como São Francisco do Conde nasceu, a partir das doações de terras (sesmarias) feita pelos Governadores Gerais, Duarte da Costa a Simão da Gama, em 1552, e Mem de Sá a Fernão Rodrigues Castelo Branco, em 1559. A qual o próprio Mem de Sá tomou conta e construiu, em 1563, o Engenho Real Sergipe do Conde.

Explique também que antes da chegada dos portugueses os habitantes dessas terras eram os aguerridos Índios Tupinambás, Carijós Negros, Caetés e Potiguaras, que foram combatidos pelos colonizadores.

Contei a história da construção do convento, que começou em 1629, com a doação de 143 braças de terras aos Frades Franciscanos e que esse local antes era uma pequena aldeia, com a construção primeiro de uma pequena capela para depois, em 1636 ser construído o Convento como é hoje. aos poucos o local foi se desenvolvendo e tornou-se um pequeno povoado com o nome de São Francisco do Sitio ou Sitio de São Francisco.

Explanei ainda, que a população no entorno do Convento cresceu tanto que em 1698 o governador geral do Brasil elevou o local à categoria de Vila, com o nome de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, numa referência aos padres franciscanos, ao Rio Sergi e ao Conde de Linhares (dono da antiga sesmaria). Em suma, procurei abordar os principais aspectos a partir de uma compreensão clara falando do período de fundação, localização e importância histórica. O espaço visitado gerou várias as percepções e perguntas, tais como: quem a construiu e se ainda estava em funcionamento.

Expliquei que devido o estado da cobertura, suas atividades haviam sido suspensas, e que com a reforma que havia acontecido naquele período da visita, favoreceria para que aquela igreja retomasse o quanto antes suas atividades. Informei que aquela providência era uma reivindicação da comunidade católica junto a ordem terceira.

Depois seguimos até a Igreja Matriz de São Gonçalo, Santo Padroeiro do Município de São Francisco do Conde. Naquele lugar expliquei que segundo a tradição católica, um santo é considerado padroeiro, quando muitas pessoas de uma localidade o invocam, ele se torna protetor desse povo, igreja ou lugar. Na oportunidade salientei que a construção daquela igreja foi por volta em 1676, e que se encontra localizada na Rua Barão de São Francisco e que a comemoração a São Gonçalo do Amarante é feita dia 28 de janeiro, com procissão e missa em seu louvo. Fui surpreendida por uma afirmação de um dos estudantes, ao declarar que por isso que na igreja tem a imagem do santo padroeiro lá no alto. Afirmei que sim, mostrei a imagem do santo, seguimos para outro ponto.

Dando continuidade as visitas, fomos até a Casa de Câmara e Cadeia, que está situada na Praça da Independência, as crianças logo reconheceram aquela edificação. Apresentei a informação para os estudantes, de que aquele patrimônio recebeu este nome por se tratar do local, onde estava instalado os órgãos da administração da época colonial. E que aquele lugar, serviu de espaço de encontros para tratar do processo de Independência da Bahia, liderado por D. Pedro II o regente e defensor do Brasil, contra o domínio português da época.

Informei que a data de 29 de junho de 1822, reverencia o processo de luta pela independência o qual o município participou. Salientei ainda, que naquele lugar a alguns meses atrás funcionava também a prefeitura do município. Destaquei que o prédio foi fundado em 15 de fevereiro de 1698. Na oportunidade contemplamos as edificações do nosso centro histórico e a paisagem do entorno, os educandos ouviam atentamente as informações que foram passadas.

Seguimos até o Bairro de São Bento das Lages, visitaríamos as ruínas da Primeira Escola de Agronomia da América Latina, neste lugar salientei que aquela escola foi fundada

por D. Pedro II, em 1859 e que aquele monumento em ruínas fica a 2 km da sede. Destaquei também que o local serviu de repouso aos monges beneditinos e que aquela edificação, possuía característica singular, como sua localização e imponência, composta por 365 janelas, que se abria para os quatro pontos cardeais direcionada para Baía de Todos os Santos e Rio Sergi Mirim.

As reações de parte dos discentes foram espantosas, ao constatarem o estado de ruína em que a maioria dos espaços visitados se encontra. Outras perguntas surgiram tais como se: “a prefeitura não tem como reformar?”. Neste momento enfatizei o papel das instâncias municipais, estaduais e federal para a preservação do patrimônio, e que essa situação, é vista como um dos grandes desafios para a eficiência das políticas de preservação.

Diante da realidade na qual se encontra a Escola Agrícola, e outros patrimônio do município, pode-se notar o descomprometimento das instâncias governamentais, com a conservação e preservação do patrimônio. Percebe-se a ausência de proteção efetivas, políticas públicas que garantam de fato a preservação do patrimônio, tem deixado esses bens na condição de vulneráveis, o que refleti um o descomprometimento com a identidade, história, memória e cultura do país.

Concluimos a visita aos patrimônios material à beira do Rio Sergimirim, por ter dado origem ao primeiro engenho da região, Engenho de Sergimirim. Para finalizar a atividade, seguimos para o Bairro do Gurujé onde visitamos o Memorial da Associação Zé de Lelinha, fundada em 21/03/2009, com a missão de salvaguardar o Samba Chula, uma das variantes do Samba de Roda do Recôncavo Baiano.

Nesse espaço cultural, os estudantes tiveram a chance de ouvir alguns relatos por parte do Mestre Milton Primo, o qual abordou a importante participação de um dos maiores violeiros do Samba Chula do Recôncavo Baiano, o Mestre Zé de Lelinha. Externou a grande relevância em preservar o toque da emblemática Viola Machete, instrumento que compõe o Samba de Chula, que foi considerado patrimônio imaterial pela Instituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 25 de novembro de 2005 e da humanidade pela UNESCO, em 2008.

A intervenção proposta teve por finalidade promover acesso ao patrimônio imaterial afro-brasileiro, representado aqui pelo samba, uma vez, que fui impedida de tratar de outros expoentes da cultura afro-brasileira do município, representada na figura do Terreiro Zazé Muvuluque de Unzambé. Para, além disso, a ideia principal seria enfrentar alguns estigmas associados à cultura e religiosidade de matriz africana durante séculos, e enfatizar o quanto é

significativo o processo ancestral de produção de conhecimentos pela população negra no Brasil.

Ao chegarmos à associação, cultural voltada para o Samba Chula, as crianças se depararam com um ambiente bastante peculiar, vimos a imagem de uma casa simples e muito aconchegante, era a reprodução do ambiente em que viveu por muitos anos o Mestre Zé de Lelinha, representando as memórias, individuais e coletivas, do homem o qual perpetuou o legado da Viola Machete ao longo de décadas, o que é essencial para rememorar as nossas idades culturais.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 2013, p.435, destaque do autor).

Diante dessa afirmação é notório que naquele espaço se constituiu um lugar de memória. O Mestre Milton Primo, falou sobre a viola e o seu toque, além de nos apresentar a vida de Zé de Lelinha, um exímio tocador. As crianças perguntaram onde Zé de Lelinhaviveu como ele aprendeu a tocar e a cantar, quando foi criado aquele espaço. Os discentes ouviram atentamente o conhecimento que o mestre expressava. Os alunos visitaram o espaço, tiraram fotografias, conheceram a Viola Machete, ouviram o seu som, e como se esperava, a atividade terminou em samba.

Retornamos à escola por volta de 11:30h, quando solicitei aos educandos que respondessem a uma pergunta provocativa “qual a importância do patrimônio histórico de São Francisco do Conde para a cidade e seus moradores?”. Para que pudesse ter condição de avaliar o resultado em relação à aprendizagem, foram 25 questionários aplicados, várias respostas foram obtidas através do questionário, a exemplo posso citar a produção de um dos estudante que diz:

O patrimônio histórico de São Francisco do Conde é importante para a cultura e história. Dessa forma, deve ser preservado os bens materiais e naturais para que assim a cidade possa ser visitada por turistas e possa gerar lucros para os moradores da cidade, além de divulgar o nome da cidade, por representar uma importante fonte de pesquisa atual. Através do patrimônio histórico podemos conhecer a história e tudo que a envolve, como exemplo: a arte, tradição, saberes e a cultura de determinado período. (M. E. Bispo Teixeira da Silva, 5º ano, 10 anos de idade).

O que evidencia o quanto foi importante a realização desse trabalho, para a formação de identidade dessas crianças. Como resultado do questionário, notei que a proposta, foi bem sucedida, isto é, legítimo quando vemos as escritas desses alunos sobre o tema apresentado.

São Francisco do Conde, terceiro município do Recôncavo Baiano, guarda um grande patrimônio do Brasil Colonial. A cidade é rica em sobrados, igrejas e engenhos, construída pelos negros que aqui foram explorados. A arquitetura é um importante convite para um passeio ao século XXI, lembrando e mantendo viva uma parte importante da História do Brasil. O município de São Francisco do Conde foi emancipado em 1697. (I. G. Queiroz da Cruz, 5º ano, 11 anos)

Diante dessa resposta e, em se tratando dos resultados obtidos a partir do trabalho realizado, posso relatar que para mim essa atividade foi bastante exitosa, pois pude constatar na prática que boa parte dos nossos estudantes passaram a se sentir pertencente à história do seu município. E a atividade, permitiu um novo olhar, assim como um novo despertar, para a aquisição de novos conhecimentos sobre os acontecimentos históricos do lugar em que vivem. Em relação a este contexto, Mamede (2008, p.18), concebe que:

conhecer e entender os significados dados aos aspectos históricos culturais que particularizam um determinado grupo social torna-se importante para o 5º direcionamento das atividades educacionais relacionadas ao patrimônio cultural que venha abranger de forma prática a relação das pessoas com sua herança cultural.

É importante destacar que a educação patrimonial, atuou como elemento incentivador no processo de preservação e valorização do nosso patrimônio, baseada em uma ação que aborda a memória coletiva, história e a identidade local. O que se realizou atendendo às diretrizes da Lei 10.639/03, e atuando e contribuindo de maneira expressiva para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana. De acordo com Horta (1999), a educação patrimonial se configura enquanto mecanismo de “alfabetizado Cultural”, por proporcionar uma vivência direta com os fenômenos culturais, possibilitando a entender a conjuntura histórica, em que o objeto foi produzido.

Dessa forma, foi possível constatar que a educação patrimonial pode atuar junto as escolas como uma ferramenta fundante no processo sensibilização da população, para a importância da preservação e valorização dos bens culturais local. Isto além de possibilitar aos estudantes um contato mais próximo com uma história que verdadeiramente os representa, possibilitando ao indivíduo outra leitura de mundo acerca da sua identidade cultural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desenvolvida enfatizou o quanto foi positivo nos apropriarmos da História do Brasil, em específico em São Francisco do Conde, assim como do patrimônio cultural local, na perspectiva de reconhecer, preservar e valorizar as memórias, a cultura e a história, a partir da educação patrimonial, junto aos discentes da Escola Frei Eliseu Eismann no 5º ano dos Anos Iniciais.

Esses discentes foram levados a aguçar seus olhares, para a importância da histórica do local em que vivem e a educação patrimonial assumiu essa posição de facilitadora, pois além de possibilitar uma nova ferramenta no processo de ensino-aprendizagem, atende aos princípios que pauta Lei 10.639/03, com destaque para a necessidade da descolonização do currículo eurocêntrico. Perspectiva esta, que não condiz com a realidade da população afro-descendente que compõe a maioria das escolas públicas do município de São Francisco do Conde.

Uma Parte significativa dos patrimônios materiais e imateriais do Brasil, e consequentemente da cidade de São Francisco do Conde, reflete as heranças culturais trazidas pelo povo africano enquanto estiveram aqui na condição de escravizados. E essa história, portanto, precisa ser visibilizada e perpetuada. Neste pleito, destaco o relevante papel da escola no processo de valorização e preservação deste legado histórico.

Cabe às unidades de ensino, buscar instrumentos que possam despertar nos alunos o sentimento de pertencimento, fortalecendo a identidade e as memórias coletivas dos seus estudantes, e a educação patrimonial se configura enquanto uma importante ferramenta para salvaguardar deste patrimônio para as futuras gerações.

Neste sentido, a educação patrimonial consiste em promover o aprendizado a partir das referências culturais. E a escola precisa buscar novos espaços de ensino para além da sala de aula, a fim de formar cidadãos críticos, consciente da pluralidade cultural que compõe o espaço em que vivem. Diante do exposto, entendo que a atividade desenvolvida na unidade de ensino da rede pública municipal destacada, além de romper os muros da escola, auxiliou os educandos na formação pessoal, cultural e social.

Em meio a desafios encontrados ao longo do processo desta Pesquisa Ação, acredito que a atividade cumpriu sua proposta com eximia competência, por se tratar de uma atividade interdisciplinar, voltada para visita *in loco*, em que os educandos tiveram contato direto com os seus bens culturais.

O processo de conhecer seu patrimônio despertou sentimento, sentidos e curiosidade acerca dos lugares visitados. Foi notório o interesse e a curiosidade dos educados com a sua própria história, possibilitando a eles enxergarem os mais variados espaços de aprendizagem, o que tornou a experiência enriquecedora e gratificante para a formação cultural e cidadã destes discentes, fortalecendo assim a atividade proposta.

## REFERÊNCIAS

- AGUESSY, Honorat. Visões e percepções das culturas africanas. In: Introdução à cultura africana. Trad. Emanuel L. Godinho; Geminiano Cascais Franco; Ana Mafalda Leite. Lisboa: Edições 70, 1977.
- AQUINO, J. Gropa, A indisciplina e a escola atual: Revista da Faculdade de Educação.v.24 nº 02 São Paulo, 1998a. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 05/01/2020.
- BARRETTO, Margarita. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. 8ºed. São Paulo: Papirus, 1995.
- BARROS, José D' Assunção. Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais. 4ºed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais - 1º e 2º ciclos do ensino fundamental: história e geografia. Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1997.
- CALEIRO, Regina Célia Lima.; MOTA, Frederico Alves. Demonizar para converter: o discurso carismático frente às religiões afro-brasileiras. Revista Educare Iseib, Montes Claros/MG, v. 2, 2006.
- DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. Senac, 2003.
- FANON, Frantz. Pele Negra, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1980.
- FONSECA, Selva Guimarães. Fazer e Ensinar História. Belo Horizonte: Dimensão, 2009
- FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GOMES, Nilma Lino. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS. Ed: Currículo sem Fronteiras, 2012.

HORTA, Maria de Lourdes P., GRUNBERG, Evelina, MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. 1999.

IPHAN. Educação Patrimonial, Histórico, conceitos e processos. 2014. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao\\_Patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf). Acesso em 14 ago. 2019.

LEAL, Abinael Morais. Guia Turístico de São Francisco do Conde. Salvador. Ed: Amleal Publicidade e Produções Artística, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferrerira.; TOSCHI, Mirza Seabra. Sistema de organização e de gestão da escola: teoria e prática in\_\_\_\_\_. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MAMEDE, Mario Pereira. Atividades de Educação Patrimonial em uma festa agropecuária, disponível em <http://webartigos.com/articles/15051/1/atividades-de-educacao-patrimonial> acesso em 10 jan. 2020.

MIGNOLO, W. História locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamentos liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505 p. (2004). Parecer nº CNE/CP 003/2004, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

MURTA, Maris Stela; ALBANO, Celina. (org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação. São Paulo, 2007.

ORO, Ari Pedro. Neopentecostais e Afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? Debates do NER, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 10-36. 1997.

QUIJANO, A. colonialidade do poder Eurocêntrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latina-amaericana. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SILVA, Petronilha B. G. e. Citizenship and education in Brazil. In: BANKS, James. Diversity, Citizenship and Education. San Francisco: Jossey-Bass, 2004. p.185-218.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo. 3º ed. Editora: Companhia das Letras, 2005.

TOLENTINO, Átila. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Sillogés v.1, n.1, 2018.

WALSH, C. Introducción. Lo pedagógico Y lo decolonial: Entretejiendo caminos. In:

WALSH, C. Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir. Tomo I. Serie Pensamiento Decolonial. Quito, Eduacor, noviembre 2013. P. 23-68.